



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

FILOSOFIA- LICENCIATURA

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MULHERES NEGRAS NO ACESSO À EDUCAÇÃO

Rafaela Nascimento De Souza

Foz do Iguaçu

2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

FILOSOFIA-LICENCIATURA

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MULHERES NEGRAS NO ACESSO À EDUCAÇÃO

Rafaela Nascimento De Souza

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Filosofia

Orientadora: Prof.Dr^a Paula Linhares Angerami

Foz do Iguaçu

2024

RAFAELA NASCIMENTO DE SOUZA

**AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MULHERES NEGRAS NO ACESSO À
EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e Política da
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título licenciatura em Filosofia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dr^a Paula Linhares Angerami

UNILA

Prof. Prof.Dr^a Juliana Franzi

UNILA

Prof.Dr^a Priscila Teixeira de Carvalho

UFRJ

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____

Dedico este trabalho à minha família e
amigos que me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus orixás e guias, cuja proteção diária foi fundamental para concluir esta fase tão importante da minha jornada. Sem eles, nada disso seria possível.

À minha família, meu pilar inabalável, em especial à minha irmã Bruna Nascimento, cujo apoio incansável esteve presente em todos os momentos, sejam eles de alegria ou dificuldade. Agradeço também à minha mãe, Solange, cujo amor e apoio foram essenciais para que tudo isso se concretizasse. Não posso deixar de mencionar meu Tio Amarildo, que desde minha infância cuidou de mim como uma filha e dedicou-se a me ensinar a ler e escrever. Devo muito a ele por todas as conquistas alcançadas.

À minha querida amiga Fernanda Marinho, que esteve ao meu lado em cada passo desta jornada, agradeço pela força e paciência, e por ser alguém que desejo ter ao meu lado para o resto da vida. Sua companhia e amizade são inestimáveis.

Aos meus amigos do colégio, Renata Carolina e Israel Vogel, agradeço pela bela amizade e pelas memórias preciosas que compartilhamos.

Gratidão eterna a uma pessoa muito especial, minha tia Fátima (in memoriam), que tenho certeza que, onde quer que esteja, está orgulhosa de minha conquista. Guardarei para sempre em meu coração o amor e carinho que ela sempre me dedicou.

Às professoras Idete Teles, Juliana Franzi, Paula Linhares Angerami e Priscilla Carvalho, meu sincero agradecimento. São verdadeiras inspirações como mulheres e profissionais, e espero um dia alcançar uma fração do que elas representam. Não poderia esquecer dos mestres que foram fundamentais para minha jornada até aqui: Napoleão Schoeller, Tito Alencar Flores, Gilmar de Toni, Octávio Obando Moran, Carlos Bauer, Miguel Ahumada, e especialmente ao professor João Barros, cujos ensinamentos foram indispensáveis para minha formação.

Por fim, expresso minha gratidão a todas as pessoas que contribuíram para minha formação, me motivaram a continuar e me ajudaram a perseguir meu sonho incansavelmente.

“ Quando a mulher negra se
movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

**Angela Davis,2017 conferência em
Bahia**

SOUZA, R.N. **AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MULHERES NEGRAS NO ACESSO À EDUCAÇÃO.** 2024. 46p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Filosofia)-Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024.

RESUMO:

As mulheres negras periféricas enfrentam uma série de obstáculos no acesso à educação de qualidade, sendo essa dificuldade atribuída ao racismo estrutural e à interseccionalidade de gênero e raça, que configuram barreiras complexas e entrelaçadas para essa parcela da população. Dentre os principais desafios enfrentados, destacam-se a ausência de políticas públicas adequadas, a condição precária das escolas localizadas em áreas periféricas, a carência de representatividade e diversidade no corpo docente, bem como as dificuldades financeiras para o acesso ao ensino superior. Diante desse cenário, torna-se imprescindível o desenvolvimento de estratégias eficazes para enfrentar essa realidade. Isso inclui a implementação de políticas públicas direcionadas e a luta contra o racismo estrutural e a interseccionalidade de gênero e raça, com o intuito de garantir um acesso equitativo à educação para todas as mulheres. Nesse contexto, emerge a seguinte indagação como problematização central deste estudo: o que impede as mulheres negras de ingressarem em um ambiente escolar, e por que não se observa uma representação proporcional de mulheres negras nas escolas e universidades em comparação com as mulheres brancas? O objetivo geral desta pesquisa é abordar algumas das questões que dificultam a inserção das mulheres negras em ambientes escolares. A tese busca abordar esses questionamentos sobre o racismo estrutural, a interseccionalidade, o feminismo negro e a questão de gênero, utilizando autores como Silvio Almeida, Angela Davis e Carla Akotirene para embasar a discussão.

Palavras-chave: Mulheres Negras. Acesso à Educação. Racismo Estrutural. Interseccionalidade. Desigualdade Educacional.

RESUMEN:

Las mujeres negras periféricas enfrentan una serie de obstáculos para acceder a una educación de calidad, dificultad que se atribuye al racismo estructural y la interseccionalidad de género y raza, que crean barreras complejas y entrelazadas para esta porción de la población. Entre los principales desafíos enfrentados destacan la falta de políticas públicas adecuadas, la precaria condición de las escuelas ubicadas en zonas periféricas, la falta de representación y diversidad en el personal docente, así como las dificultades financieras para acceder a la educación superior. Ante este escenario, es fundamental desarrollar estrategias efectivas para enfrentar esta realidad. Esto incluye la implementación de políticas públicas específicas y la lucha contra el racismo estructural y la interseccionalidad de género y raza, con el objetivo de garantizar un acceso equitativo a la educación para todas las mujeres. En este contexto, la siguiente pregunta surge como la problematización central de este estudio: ¿qué impide que las mujeres negras ingresen al ambiente escolar y por qué no hay una representación proporcional de las mujeres negras en las escuelas y universidades en comparación con las mujeres blancas? El objetivo general de esta investigación es abordar algunas de las cuestiones que dificultan la inserción de las mujeres negras en los entornos escolares. La tesis busca abordar estas cuestiones sobre el racismo estructural, la interseccionalidad, el feminismo negro y la cuestión de género, utilizando a autores como Silvio Almeida, Angela Davis y Carla Akotirene para apoyar la discusión.

Palabras clave: Mujeres Negras. Acceso a la educación. Racismo estructural. Interseccionalidad. Desigualdad Educativa.

ABSTRACT:

Peripheral black women face a series of obstacles in accessing quality education, with this difficulty being attributed to structural racism and the intersectionality of gender and race, which create complex and intertwined barriers for this portion of the population. Among the main challenges faced, the lack of adequate public policies, the precarious condition of schools located in peripheral areas, the lack of representation and diversity in the teaching staff, as well as the financial difficulties in accessing higher education stand out. Given this scenario, it is essential to develop effective strategies to face this reality. This includes the implementation of targeted public policies and the fight against structural racism and the intersectionality of gender and race, with the aim of ensuring equitable access to education for all women. In this context, the following question emerges as the central problematization of this study: what prevents black women from entering a school environment, and why is there not a proportional representation of black women in schools and universities compared to white women? The general objective of this research is to address some of the issues that hinder the insertion of black women in school environments. The thesis seeks to address these questions about structural racism, intersectionality, black feminism and the issue of gender, using authors such as Silvio Almeida, Angela Davis and Carla Akotirene to support the discussion.

Key-words: Black Women. Access to Education. Structural Racism.
Intersectionality. Educational Inequality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Objetivos.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 Racismo Estrutural.....	17
2.2 Interseccionalidade Entre Gênero, Raça e Classe.....	20
2.3 Feminismo Negro.....	23
3 METODOLOGIA.....	27
4 DISCUSSÃO.....	28
4.1 DESAFIOS QUE A SOCIEDADE IMPÕE ÀS MULHERES, ESPECIALMENTE ÀS MULHERES NEGRAS, QUE DIFICULTAM SEU ACESSO A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.....	28
4.2 A SUB-REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, EM COMPARAÇÃO COM MULHERES BRANCAS.....	30
4.3 COMO O RACISMO ESTRUTURAL SE MANIFESTA NA SOCIEDADE, E O DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA COMBATÊ-LA.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, ocorreu um notável progresso nos direitos alcançados pelas mulheres. O marco inicial remonta a 1827, com a promulgação da primeira legislação relativa à educação no Brasil (Tabela ilustrativa, 2013), coincidindo com o estabelecimento das primeiras instituições educacionais. Essas instituições foram criadas com o propósito de oferecer educação básica às mulheres, embora, inicialmente, o acesso à educação formal fosse reservado a uma pequena elite privilegiada, composta majoritariamente por mulheres pertencentes a famílias abastadas. Ao longo do tempo, foram observados avanços significativos no acesso das mulheres à educação em várias esferas.

Apesar de ter criado um currículo escolar básico mínimo para todo o país, a educação feminina permaneceu em uma situação precária e elitizada, visto que, a classe menos abastada do país permaneceu analfabeta. Uma minoria teve acesso à educação primária: domiciliar e sob o olhar cuidadoso dos pais. Contudo, pouco a pouco, essa responsabilidade foi sendo confiada aos colégios particulares nos grandes centros urbanos. (Menezes,2022, p.26)

No ano de 1838, Nísia Floresta Augusta¹ Brasileira fundada no Rio de Janeiro um colégio exclusivo para a educação de meninas, combinando o ensino tradicional com sólidos conhecimentos de português, geografia e línguas estrangeiras (Tabela ilustrativa, 2013)². Sua proposta pedagógica era ensinar diversas disciplinas para o público feminino, as quais eram reservadas apenas para homens até o momento. Houve portanto, uma recusa em relação a essa proposta, pois acreditavam que as mulheres deveriam aprender apenas o que faz parte do universo doméstico.

Se a mulher fosse educada para desempenhar bem os papéis que lhe cabiam, de esposa, mãe e dama da sociedade, seria suficiente para ser considerada uma mulher instruída, enquanto o homem deveria

¹ Pioneira na defesa dos direitos e na luta pela emancipação das mulheres. <https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>

² As mulheres do Brasil. Tabela ilustrativa de algumas de suas lutas e conquistas (1827-1970) [https://www.academia.edu/3598919/As mulheres do Brasil Tabela ilustrativa de suas lutas e conquistas 1827 1970](https://www.academia.edu/3598919/As_mulheres_do_Brasil_Tabela_ilustrativa_de algumas_de_suas_lutas_e_conquistas_1827_1970)

receber uma educação que lhe possibilitasse dominar os meios sociais, políticos e econômicos.(Castro, 2010 p.240)

Já em 1879 o governo brasileiro abre as instituições de ensino superior às mulheres com a lei de 19 de abril (Tabela ilustrativa, 2013³). Mulheres conquistam o direito ao acesso às faculdades através do Decreto n°7.247⁴, de 19 de abril 1879 (BRASIL,1879) que tratava da Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. Foi o primeiro passo para que as mulheres abraçassem o ensino superior. A partir do acesso à educação e a busca pela igualdade houve um movimento para reivindicar os direitos.

A criação da União Feminina de Mulheres Universitárias em 1929 representa um marco significativo na história do movimento feminista e da educação superior feminina. Esta organização proporcionou um espaço para que mulheres universitárias se unissem em prol de seus interesses comuns, promovendo a solidariedade, o empoderamento e a defesa de seus direitos.

Em 1967 ocorreu a primeira defesa da tese de livre-docência de Heleieth Saffioti na Faculdade de Filosofia de Araraquara. Saffioti foi uma renomada socióloga brasileira, pioneira nos estudos sobre a condição da mulher na sociedade, especialmente no que diz respeito à violência de gênero e às relações familiares.A defesa de sua tese de livre-docência demonstra seu reconhecimento acadêmico e a consolidação de suas contribuições para o campo da sociologia. Sua pesquisa abordou questões relevantes e inovadoras para a época, lançando luz sobre temas muitas vezes negligenciados ou silenciados, como a violência doméstica, a subjugação das mulheres e a desigualdade de gênero.

No ano de 1975 por decreto da ONU⁵ Estabeleceu-se este como o Ano Internacional da Mulher, permitindo a muitos grupos de mulheres o fim da clandestinidade. (Tabela Ilustrativa,2013). Essa iniciativa proporcionou visibilidade e

3

https://www.academia.edu/3598919/As_mulheres_do_Brasil_Tabela_ilustrativa_de_algumas_de_suas_lutas_e_conquistas_1827_1970

⁴ Reforma o ensino primário e secundário no município da Côte e o superior em todo o Império.<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>

⁵ **ONU**- Organização das Nações Unidas, ou simplesmente Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional.

reconhecimento às demandas e às lutas das mulheres, possibilitando que muitos grupos femininos emergirem da clandestinidade e pudessem se organizar abertamente em prol de seus direitos.

Então, em 2010 é introduzida a lei da igualdade racial para que possa garantir seus direitos. A lei de estatuto da igualdade racial (Lei nº 12.288/2010) “ Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (BRASIL,2010).”

Apesar de alguns avanços alcançados pelas mulheres, a persistência da desigualdade de gênero e raça ainda se evidencia nas instituições educacionais do Brasil. As mulheres negras enfrentam múltiplas barreiras no acesso à educação, tanto no ensino básico quanto no ensino superior. Uma das principais dificuldades enfrentadas por elas reside na carência de representatividade e identificação com o ambiente educacional. Por exemplo, observa-se a ausência de abordagens étnico-raciais nos materiais didáticos, no corpo docente e na gestão escolar, o que tende a gerar um sentimento de invisibilidade e marginalização, contribuindo para o desinteresse e abandono escolar.

Além disso, a escassez de recursos financeiros e a baixa escolaridade muitas vezes conduzem as mulheres negras a ocupar posições menos remuneradas na sociedade, fenômeno que afeta ambos os gêneros e dificulta o acesso a oportunidades profissionais mais vantajosas.

Os negros estão fortemente concentrados nas ocupações da indústria tradicional e nos serviços gerais, sendo que o acesso à educação é um dos principais fatores de produção dessa desigualdade. Entretanto, mesmo quando eliminadas as diferenças educacionais, os negros ainda apresentam desvantagens, principalmente no acesso às melhores posições ocupacionais, demonstrando que há uma distribuição desigual de indivíduos no mercado de trabalho e um dos fatores dessa desigualdade é a cor (Lima, 2001, p. 152)

Outro desafio enfrentado pelas mulheres negras é a discriminação e o preconceito que sofrem no ambiente escolar. Muitas vezes, elas são vítimas de

piadas e comentários racistas por parte de colegas e até mesmo de professores, o que pode afetar a autoestima e desempenho acadêmico. Como exemplo podemos citar um caso que aconteceu com uma estudante da educação básica de uma escola pública da cidade de Governador Valadares⁶ — MG . Episódios narrados por essas meninas:

Pesquisadora: — Tem algum dia que vocês ficam desanimadas de levantar para virem à escola? Por que? Preguiça não vale. (risos).

Paxina começa a rir e fala: — Na sala um dos meus apelidos é frangão queimado, porque eu sou magra e preta. Sei que é engraçado, mas querendo ou não afeta a autoestima e tem dia que não quero tá aqui para não ser xingada, eu acho engraçado, mas no fundo eu não gosto dessas brincadeiras.

Pesquisadora: — Não é simplesmente uma brincadeira né?! A gente fica constrangida até de não gostar do que eles chamam de brincadeira. Paxina: — Sim. É isso. !?! (Oficina 2) (Nascimento,Souza, De Paula, 2023 p.9)

O fenômeno do preconceito e da discriminação nos contextos educacionais é uma realidade constante e, sem dúvida, causa impactos significativos que prejudicam o desenvolvimento de crianças e adolescentes. É notável que, mesmo em ambientes destinados ao ensino e à proteção da infância, o racismo ainda exerce sua influência.

Nesse contexto, o escopo deste estudo visa compreender os obstáculos que impedem a presença das mulheres negras nos ambientes escolares, com ênfase no racismo estrutural, na interseccionalidade e no feminismo negro. Estes são conceitos fundamentais para a análise das causas e dos problemas que limitam o acesso dessas mulheres a uma educação de qualidade.

⁶ RACISMO RECREATIVO: ENTREVISTA NA ESCOLA PUBLICA NA CIDADE DE GOVERNADOR DE VALADARES (MG) https://www.researchgate.net/publication/369940520_RACISMO_RECREATIVO_NOS_CORPOS-TERRITORIO_D_E_ADOLESCENTES_NEGRAS_NA_ESCOLA

1.1 Objetivos

Essa pesquisa tem como objetivo geral investigar o racismo estrutural, a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, e o feminismo negro, para compreender o que impede as mulheres negras de estarem em um ambiente escolar.

Para atingir este objetivo, as seguintes etapas serão realizadas:

- Apresentar os conceitos descritos na literatura sobre racismo estrutural, interseccionalidade entre gênero, raça e classe, e feminismo negro;
- Descrever os desafios que a sociedade impõe às mulheres negras, que dificultam seu acesso a uma educação de qualidade;
- Aprofundar a análise sobre a sub-representação de mulheres negras nas instituições de ensino, em comparação com mulheres brancas;
- Investigar como o racismo estrutural se manifesta na interseccionalidade de gênero e raça para compreender as formas complexas e entrelaçadas em que a discriminação afeta a vida das mulheres negras e desenvolver estratégias para combatê-la.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Racismo Estrutural

O racismo é uma forma de discriminação que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que se dá através de hábitos, falas ou situações embutidas em nossos costumes.

Segundo o filósofo Silvio Almeida o racismo "é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2018)."

Enquanto o racismo individual está inerente às atitudes discriminatórias de uma pessoa à outra com base na raça, o racismo estrutural está enraizado nos sistemas, políticas e práticas que perpetuam a desigualdade racial.

O racismo foi um mecanismo fundamental de poder para os Estados modernos. Seguindo o argumento de Foucault, a relação entre poder estatal e racismo passou a ser muito estreita na Modernidade. Na raça, o Estado encontra uma ferramenta poderosa para dinamizar e direcionar o exercício do poder. (Barros, 2018, p.3)

Para Vasconcelos et al., (2022), o racismo estrutural se manifesta na interseccionalidade de gênero e raça de várias maneiras. Primeiramente, o racismo estrutural impõe barreiras econômicas e sociais para as mulheres negras, tornando difícil o acesso à educação de qualidade. Essas barreiras podem incluir a falta de recursos financeiros para pagar por educação, a falta de oportunidades educacionais em áreas urbanas pobres e a falta de acesso a escolas de alta qualidade.

O racismo estrutural apresenta três dimensões essenciais: a economia, política e subjetividade. A economia é afetada e influenciada pelo racismo estrutural em diversas maneiras como por exemplo, a desigualdade de renda, o acesso à oportunidades de emprego, a discriminação em setor financeiro, saúde financeira e políticas públicas. Ainda nos dias de hoje no quesito salário as

mulheres negras recebem valores inferiores aos homens negros apontando tal disparidade é notável a discriminação tanto de gênero quanto de raça independente da classe econômica.(Machado, 2021, p.6)

A discriminação salarial não apenas afeta negativamente o poder econômico das mulheres negras, mas também reflete desigualdades sistêmicas profundamente enraizadas na sociedade.

Já na política, a relação é mais complexa, pois o racismo estrutural se dá por meio de relações de poder, desempenhando um papel fundamental na manutenção de estruturas sociais. Então, responsável por organizar a sociedade, a política acaba perpetuando a desigualdade entre grupos raciais, da criação de sistema que favorece determinados grupos sociais até a representação política.

O racismo é processo político. Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros. Por isso, é absolutamente sem sentido a ideia de racismo reverso. (Almeida, 2019 p.35)

Nesse sentido, podemos notar que a política está completamente ligada com a desigualdade e com o racismo estrutural. No âmbito da subjetividade, o racismo estrutural desempenha papel importante para a percepção da realidade. É responsável por promover uma experiência pessoal e a interação com o mundo. A subjetividade pode influenciar diretamente a maneira como os grupos sociais constroem sua percepção sobre racismo, identidades, gênero e classe. A mulher negra por sua vez, é a mais impactada com a subjetividade, pois acaba sendo atribuída a ela características negativas.

Quanto à questão do lugar reservado às mulheres negras na sociedade, de “outro do outro” (nem homem, nem branca), a atribuição de características negativas opera sua cristalização em determinado lugar que se manifesta como um lugar de inferioridade e subalternidade. (Santos,Brisola, Moreira, Tostes,cury, 2023 p.11).

O espaço da mulher negra na sociedade muitas vezes é caracterizado por desafios e discriminações que acabam as colocando no lugar de inferioridade. O principal desafio é o racismo que implica em diversas áreas como na saúde, educação e na política. As dificuldades enfrentadas para quebrar as barreiras em que a sociedade as coloca são enormes, principalmente na área de educação. Cabe, portanto, ao Estado investir em políticas públicas adequadas à correção das distorções existentes para que se possa idealizar uma educação superior democratizada -não excludente, como se vê hoje (Bersani, 2017 p.6).

Pensar na educação como meio de transformação da sociedade é o primeiro passo para uma sociedade mais justa e igualitária, onde o povo negro possa desfrutar de seus direitos como qualquer outro grupo da sociedade. É necessário repensar e transformar as estruturas da sociedade para superar as desigualdades raciais. (Almeida,2019).

A representatividade, por sua vez, é postulada como um mecanismo de participação das minorias nos espaços de poder, na busca de que as suas reivindicações possam ser repercutidas e de que as narrativas discriminatórias sejam superadas. Nesse processo, o racismo estabelece uma linha divisória entre inferiores e superiores, entre bons e maus, entre grupos que merecem viver e grupos que merecem morrer, ou que estarão expostos ao risco de morte, à rejeição, expulsão etc. (De Carvalho, 2022 p. 132)

A representatividade é uma ferramenta necessária para garantir que as vozes das minorias sejam ouvidas e consideradas nos espaços de poder. Ela visa assegurar que as demandas e perspectivas desses grupos sejam levadas em conta, permitindo que suas experiências e preocupações sejam refletidas nas políticas e decisões tomadas. Lilia Schwarcz ressalta que "a representatividade é importante para que as mulheres negras se vejam como sujeitos capazes de ocupar todos os espaços". Isso implica em um esforço coletivo para combater o preconceito e a discriminação no ambiente acadêmico e na sociedade como um todo. Além disso, a representatividade é fundamental para combater narrativas discriminatórias, desafiando estereótipos prejudiciais e promovendo a inclusão e a igualdade. No entanto, o racismo muitas vezes impede a representatividade, criando divisões entre grupos considerados "superiores" e "inferiores". Essas

divisões leva à marginalização e discriminação das minorias, colocando-as em situações de vulnerabilidade e risco.

2.2 Interseccionalidade Entre Gênero, Raça e Classe

A interseccionalidade nos compele a pensar raça, gênero e classe, não separadamente, mas juntas e em relação entre si. É de suma importância para o feminismo negro reconhecer que toda a raça percorre as ideias relativas ao gênero. A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política (Hirata,2014).

O termo "interseccionalidade" foi cunhado inicialmente por Crenshaw (2002, p.176) para descrever a interação complexa entre diversas formas de subordinação, incluindo, mas não se limitando a, racismo, patriarcado e opressão de classe. Crenshaw destaca a maneira pela qual esses sistemas interligados geram desigualdades estruturais que afetam grupos marginalizados, como mulheres, pessoas de diferentes raças, etnias e classes sociais. A interseccionalidade não apenas reconhece essas múltiplas formas de opressão, mas também analisa como políticas e ações específicas podem perpetuar ou mitigar o desempoderamento ao longo desses eixos de subordinação.

Lélia Gonzales faz o uso do conceito de interseccionalidade, como uma abordagem que reconhece a presença simultânea de diversas formas de opressão e discriminação, que se entrelaçam e se influenciam mutuamente. Tal perspectiva implica que as mulheres negras não são apenas submetidas ao racismo, mas também sofrem as consequências do sexismo e da marginalização social, entre outras formas de discriminação. Isso contribui para a compreensão de que a situação das mulheres negras é caracterizada por uma complexidade adicional e enfrenta desafios substanciais e multifacetados.(Gonzalez, 1982)

O movimento feminista negro, juntamente com a interseccionalidade, propõem compreender as diversas identidades sociais e as diferenças internas que as mulheres carregam.

A estrutura de uma sociedade é construída através de padrões coloniais modernos, e assim, estes padrões são responsáveis por promover o racismo em

grande escala. A noção de interseccionalidade permitiria compreender que os sistemas de dominação são múltiplos. (Biroli, Miguel, 2015)

Conforme dissemos, é o padrão colonial moderno o responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas, que seguem atravessando os expedientes do direito moderno discriminadas à dignidade humana e as leis antidiscriminação. (Akotirene, 2018, p.51)

A fundamentação necessária para uma interseccionalidade é a sensibilidade analítica de perceber que as mulheres negras não são as únicas oprimidas dessa sociedade capitalista, racista e patriarcal.

Diante as demais correntes do feminismo, a interseccionalidade é uma categoria analítica que melhor possibilita estudar a mulher negra desde a formação educacional e o recrutamento e a seleção, até à influência no processo de sua inclusão no mercado de trabalho, apresentando como o sexismo, o racismo e a classe social agem contra a mulher negra (Ferreira, Nunes, 2019 p.12).

A interseccionalidade é indispensável para compreender as experiências das mulheres negras de maneira mais completa e justa. Então, a interseccionalidade vem como uma bagagem de englobar todas as categorias, não fundada em uma única categoria. Ribeiro (2016) afirma que Pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que, sendo estas estruturantes, é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, mas sim de modo indissociável.

Não existe hierarquia de opressão, já aprendemos. Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxerga-las como identidades. (Akotirene, 2018, p.39)

Pensar na coletividade é necessário para um empoderamento individual, não apenas para a mulher negra, mas para os indivíduos oprimidos pelo sistema. A resistência contra o racismo estruturado em uma sociedade parte não apenas dos

grupos feministas, mas é necessário a força de todos para quebrar com os preconceitos que norteiam a sociedade.

A imagem da mulher, exclusivamente da mulher negra, tem um papel importante como forma de enfrentamento ao sistema racista. A recusa da identidade racial é uma consequência de um racismo enraizado na estrutura da sociedade.

Em suma, elas sentem vergonha da sua condição racial e passam a desenvolver mecanismos de ocultamento de sua "inferioridade".Esses mecanismos recobrem um amplo quadro de racionalização que vão desde de um efeito racismo às avessas.(Gonzalez,1982 p.54).

Essa auto- rejeição pode ser manifestada de diversas formas tanto no estereótipo quanto na exclusão social.Esta hierarquização em segmentações de tonalidade da cor da pele do negro no Brasil influencia na aceitação ou negação em determinados postos de trabalho e no acesso à educação (Ferreira, Nunes, 2019 p.7).

A interseccionalidade nos faz refletir de que forma se articula gênero, raça e classe social, visto que apresentam uma ligação e não se dão de forma isolada conectadas com a desigualdade e a repressão.

A abordagem interseccional nos ajuda a compreender a complexidade da situação de pessoas e/ou grupos, considerando a coexistência e a subordinação de diferentes fatores que incidem simultaneamente na vida das pessoas.(Perpétuo, 2017, p.9)

Os estudos sobre interseccionalidade fortalecem a problematização dos processos de subjetivação dos corpos. Percebendo que a questão da subjetividade parte do coletivo e não do individual. As relações de poder trazem consigo inúmeras desigualdades em todos os aspectos sociais.

A desigualdade de gênero e a discriminação social ataram as mãos e os pés das mulheres brancas por muitos anos a fio. Porém à mulher negra, lhe foi imputado o racismo, a punição, o silêncio, o analfabetismo, a discriminação, a falta de oportunidade...(Hogemann, 2020 p.116)

As mulheres negras são oprimidas e estão em desvantagem em relação a outras mulheres. Elas precisam ser sujeitas e vencer a normalização dos modelos vigentes passando a ter visibilidade e oportunidade de mostrar seu potencial, vencendo o preconceito e a discriminação (Ferreira, Nunes,2019 p.12) .

Os problemas que as cercam além da desigualdade racial, são múltiplos. A falta de visibilidade e acesso a diversos setores da sociedade fazem com que as mulheres negras fiquem em uma grande desvantagem em relação às outras mulheres.

As mulheres negras e de cor estão convictas, por outro lado de que pouca coisa mudou; apesar de as brancas, terem passado a enforçar a raça, a dominação racista ainda é um fator nos contatos pessoais (Hooks, 2013 p.141).

Esse reconhecimento por parte das mulheres negras e de cor destaca a persistência de barreiras e preconceitos raciais em suas interações cotidianas. Apesar de algumas mudanças superficiais na sociedade, como políticas de igualdade racial e discursos de inclusão, a experiência vivenciada por essas mulheres revela que a dominação racista ainda está presente nos relacionamentos interpessoais.

2.3 Feminismo Negro

Para compreender as relações econômicas, de poder e sociais que envolvem as mulheres negras na atualidade, faz-se necessário retornar a história da escravidão para melhor compreender a raiz do feminismo negro. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias (Davis,2016).

A partir do momento que o povo negro foi escravizado, as mulheres não tinham um tratamento diferenciado dos homens escravizados, sendo elas usadas como força de trabalho e sendo força de trabalho precisavam ir para as lavouras e produzir. Portanto, mulheres negras não tinham relações de feminilidade na

escravidão, já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero (Davis, 2016, p. 24).

O trabalho sempre fez parte da vida da mulher negra. A opressão com a mulher negra era constante dentro do sistema escravagista, sendo açoitada e diversas vezes estuprada, usadas apenas para reprodução e como consequência do estupro, para mais mão de obra. A mulher escravizada oprimida pelo sistema ocupava seu dia a dia com o trabalho (Davis, 2016).

Para o sistema escravagista não existia diferença entre os homens e mulheres negras, já que eram consideradas como propriedades dos senhores, é sinônimo de lucratividade. Essa opressão se dava principalmente por meio dos estupros dessas mulheres, que eram usadas como ferramenta de dominação, onde a vontade de oprimir se sobrepuja a qualquer coisa na detenção de poder dos senhores das terras.

O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros (Davis, 2016, p.47)

Em meio a toda opressão, homens e mulheres escravizados sustentavam uma igualdade ao que diz respeito às atividades domésticas. Assim como seus companheiros, o trabalho braçal e os serviços de resistência eram iguais. Se as mulheres negras sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão, se gozavam de igualdade com seus companheiros no ambiente doméstico, por outro lado elas também afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão. Resistiam ao assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões (Davis, 2016).

As mulheres brancas, diferentemente das mulheres negras, não exerciam funções em condição de igualdade com os homens. Se dedicavam ao cuidado com o lar e aos afazeres domésticos. A luta dessas mulheres era pelo direito a exercerem funções para além das atividades atribuídas à esposa e a dona de casa.

Neste sentido, a luta pelos direitos das mulheres brancas de classe alta era bastante distinta dos anseios das mulheres negras. Estas, em especial, as de

classe alta lutaram para uma posição no mercado de trabalho, diferente da mulher negra onde o trabalho sempre se fez presente em sua vida. A partir dessa migração das mulheres brancas para o mercado de trabalho, que se iniciou nas fábricas, começou um acúmulo de atividades.

A partir dessa relação começaram o movimento de luta para abdicar seus direitos enquanto mulher. O abolicionismo, por sua vez, conferia a elas a oportunidade de iniciar um protesto implícito contra o caráter opressivo de seu papel no lar (Davis, 2016,p.56)

A luta pelo sufrágio feminino veio a partir das reivindicações das mulheres brancas por direitos. De início houve uma aceitação por grande parte das mulheres, mas depois de um tempo as ideias extremamente racistas tomaram conta, com a justificativa que homens negros não teriam direito ao voto, pois o homem negro teria mais valor do que elas.

Elizabeth Cady Stanton e outras mulheres acreditavam que, como a emancipação havia, a seus olhos, “igualado” a população negra às mulheres brancas, o voto tornaria os homens negros superiores a elas (Davis, 2016, p.90).

A luta pelo abolicionismo foi deixada de lado, dando espaço às ideias racistas de mulheres brancas, pois as mulheres não queriam igualdade ao direito ao voto. Durante a guerra civil foram traídos pelo partido republicano na espera de conseguirem o voto feminino. O egoísmo foi maior do que permitir que homens negros pudessem participar no direito ao voto.

Mas uma coisa parece clara: na defesa dos próprios interesses enquanto mulheres brancas de classe média, elas explicitavam – frequentemente de modo egoísta e elitista – seu relacionamento fraco e superficial com a campanha pela igualdade negra do pós-guerra.(Davis, 2016, p 93)

Em relação à emancipação das mulheres negras é possível afirmar que não houve mudança significativa com o passar dos anos, pois mesmo que os serviços fossem remunerados, as condições em que as mulheres negras se encontravam eram de violência e opressão. Os subempregos em condições

precárias sempre fizeram parte da vida das mulheres negras. Mesmo que a luta feminista tenha ficado mais forte contra o sistema, o povo negro precisava sempre ir mais além.

Este cenário só se transformou significativamente a partir dos estudos de homens e mulheres negras em escolas clandestinas, pois a luta contra a opressão tomou cada vez mais força. Precisamente no espaço da educação que as mulheres brancas e negras se aproximaram para o engajamento na luta em busca de seus direitos.

De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade(Davis,2016 p.118).

Pensamento altamente enraizado no racismo e discriminação, usado para alegar a opressão e exploração de pessoas negras ao longo da história. Essa ideologia totalmente desprovida de qualquer base científica foi usada como forma de julgar o povo negro como incapaz de construir conhecimento, com a justificativa que suas características raciais são diferentes comparadas aos brancos.

Nesse sentido, construiu-se um mito de hierarquização de saberes, resultado de uma classificação racial que atribui aos negros falta de capacidade intelectual e de desempenho. Com isso, mulheres negras a todo instante têm que provar que são capazes de exercer funções diferentes e ocupar esses espaços (Valério, 2021 p.12).

Além da discriminação sofrida pela sociedade, examinar como as mulheres de cor lidaram com o desafio de seu próprio empoderamento demonstra diferentes de como raça/ classe/ gênero / sexualidade foram negociadas no contexto político dos movimentos sociais.(Collins, 2017 p.9).

Ribeiro (2016) afirma que 'numa sociedade de herança escravocrata, patriarcal e classista, cada vez mais torna-se necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para pensarmos um novo marco civilizatório.

As relações sociais de classes apresentam uma tendência em demonstrar que as desigualdades sociais decorrem de um fenômeno natural, levando ao debate do porquê de as diferenças sexuais e raciais, pareadas com a diferença de classe, acabam reproduzindo a opressão das mulheres em geral e as diferenças entre elas nessa sociedade de classe.(Ferreira, Nunes, 2019 p.6)

As relações sociais de classes são frequentemente empregadas para justificar as desigualdades sociais como algo inerente à ordem natural, quando, na verdade, são construídas e sustentadas por sistemas de poder e estruturas sociais. Quando combinadas com disparidades de gênero e raça, essas desigualdades tendem a se agravar, resultando em maior opressão para as mulheres.

De fato, o resultado das práticas racistas de seleção social e o acesso preferencial dos brancos as posições de classe que comportam maior remuneração, prestígio e autoridade. (Gonzalez, 2018, p.80).

Essas práticas discriminatórias perpetuam desigualdades estruturais que afetam não apenas o acesso ao mercado de trabalho, mas também a distribuição de oportunidades educacionais e a mobilidade social. Além disso, reforçam estereótipos e preconceitos que impactam negativamente a autoestima e o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas discriminadas.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a qualitativa, com alinhamento a pesquisa bibliográfica, que busca aprofundar nas riquezas das informações e explorar teorias necessárias para compreender a estrutura de um problema. A pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas (Sousa, Oliveira, Alves,2021 p. 65).

Para tanto, a metodologia de pesquisa bibliográfica consiste na revisão de leitura e discussão sobre o tema abordado, contribuindo para o desenvolvimento do trabalho. A sequência de leituras relacionados com o tema colabora para

ampliar o conhecimento e aprimorar a teoria. Na realização da pesquisa bibliográfica o pesquisador tem que ler, refletir e escrever sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos (Sousa,Oliveira, Alves, 2021, p. 66).

Em resumo, a pesquisa bibliográfica é uma base teórica que envolve seleção, análise e interpretação, busca o levantamento da análise crítica das obras já publicadas. O tema foi pesquisado com intuito de aprimorar as discussões sobre as mulheres negras e a educação, utilizamos como base teses,livros e artigos relacionados com o tema trabalhado, que contribuíram para construção desta tese.

A pesquisa bibliográfica é uma importante metodologia no âmbito da educação, a partir de conhecimentos já estudados, o pesquisador busca analisá-los para responder seu problema do objeto de estudar ou comprovar suas hipóteses, adquirindo novos conhecimentos sobre o assunto pesquisado(Sousa,Oliveira, Alves, 2021 p.81)

A pesquisa proporciona uma reflexão sobre as condições e desafios enfrentados por mulheres negras ao tentarem ingressar em um ambiente escolar. Para além, da reflexão, trilhou novos caminhos para desenvolver o assunto pesquisado.

4 DISCUSSÃO

4.1 DESAFIOS QUE A SOCIEDADE IMPÕE ÀS MULHERES, ESPECIALMENTE ÀS MULHERES NEGRAS, QUE DIFICULTAM SEU ACESSO A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Os conceitos previamente abordados na seção anterior, que tratam do racismo estrutural, do feminismo negro e da interseccionalidade, com fundamentação nos trabalhos de Silvio Almeida, Angela Davis e Carla Akotirene, desempenham um papel fundamental na análise dos desafios enfrentados pelas mulheres, especialmente as mulheres negras, no acesso à educação de qualidade.

Silvio Almeida, em sua análise, sustenta que o racismo estrutural se manifesta como a integração intrínseca do racismo nas estruturas sociais, políticas

e econômicas da sociedade. Isso significa que o racismo não se limita a atitudes individuais ou preconceitos, mas se manifesta de forma sistêmica e estrutural, dificultando o acesso de grupos historicamente marginalizados, como as mulheres negras, a oportunidades e recursos (Almeida, 2018).

Carla Akotirene, por sua vez, introduz o conceito de afetividade como um mecanismo de resistência, destacando a relevância das interações interpessoais e emocionais como uma estratégia para enfrentar as adversidades e transcender os desafios promulgados pela estrutura social. Isso é especialmente importante para as mulheres negras, que muitas vezes enfrentam uma série de obstáculos e barreiras para ter acesso a uma educação de qualidade (Akotirene, 2018).

Além disso, a análise aprofundada das interações entre racismo, gênero e classe social destacam a opressão histórica enfrentada pelas mulheres negras, especialmente durante o período da escravidão. Ao longo da história, essas mulheres foram exploradas como força de trabalho, submetidas à violência sexual e tiveram suas identidades de gênero desconsideradas.

A interseccionalidade, ao reconhecer a complexidade das experiências das mulheres negras, revela a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e abrangente no combate às desigualdades sociais. Isso implica em considerar não apenas as dimensões econômicas e políticas do racismo estrutural, mas também as suas dimensões subjetivas e emocionais. A introdução do conceito de afetividade como um mecanismo de resistência, proposto por Carla Akotirene, destaca a importância das interações interpessoais e emocionais como uma estratégia para enfrentar as adversidades e transcender os desafios promulgados pela estrutura social.

Por fim, a análise ressalta a importância do feminismo negro como uma ferramenta para abordar as complexas interseções de raça, classe e gênero na luta por igualdade social. O feminismo negro, ao reconhecer as interseções entre diversas formas de opressão, oferece uma visão mais holística das experiências das mulheres negras e propõe estratégias mais eficazes de resistência e empoderamento. Portanto, a interseccionalidade emerge como uma abordagem crítica e transformadora para a luta por justiça social e igualdade, reconhecendo a importância de considerar as interações entre raça, gênero e classe social na

formulação e implementação de políticas públicas e estratégias de empoderamento das mulheres negras.

Além de destacar as divergências entre os movimentos feministas branco e negro, é fundamental ressaltar a necessidade de reconhecimento e enfrentamento das opressões enfrentadas pelas mulheres negras de forma interseccional. Isso implica em uma compreensão mais ampla das interações entre raça, gênero e classe social, reconhecendo que essas mulheres enfrentam desafios específicos que não podem ser abordados de maneira isolada. A análise aprofundada dessas interações revela a complexidade das experiências das mulheres negras e a necessidade de políticas e práticas que levem em consideração essa complexidade.

A partir dessa compreensão, torna-se evidente a importância do reconhecimento da afetividade como um mecanismo de resistência. Carla Akotirene destaca a relevância das interações interpessoais e emocionais como uma estratégia para enfrentar as adversidades e transcender os desafios promulgados pela estrutura social. Isso ressalta a importância de abordagens que considerem não apenas os aspectos materiais e econômicos da opressão, mas também os aspectos emocionais e psicológicos.

A análise também destaca a necessidade de representatividade e inclusão no ambiente acadêmico e em outros espaços de poder e decisão. A falta de representatividade pode desencorajar as mulheres negras a buscar uma educação de qualidade e perpetuar o ciclo de exclusão. Portanto, é fundamental que as instituições de ensino e demais instituições da sociedade promovam a diversidade e valorizem as contribuições das mulheres negras, garantindo que elas tenham oportunidades iguais de acesso e participação.

4.2 A SUB-REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, EM COMPARAÇÃO COM MULHERES BRANCAS

A sub-representação de mulheres negras nas instituições brasileiras de ensino é um fenômeno complexo e arraigado que reflete as desigualdades estruturais presentes na sociedade. Originado no contexto histórico do surgimento

do feminismo no século XIX, e ressurgindo com força nos movimentos sociais da década de 1960, o debate sobre a posição social das mulheres revelou as discrepâncias entre gêneros e raças. A presença reduzida de mulheres negras em escolas e universidades, como evidenciado em estudos recentes, está intrinsecamente ligada ao racismo estrutural presente na sociedade, que as submete a uma desordem social. Este racismo é impregnado nas estruturas sociais, culturais e econômicas do país, perpetuando desigualdades históricas entre brancos e negros.

Depois do seu surgimento no século XIX, o feminismo passou por um pequeno momento de desmobilização e ressurgiu no contexto dos movimentos sociais na década de 1960, afirmando-se em espaço de discussão em âmbito político. Neste contexto também surgem reflexões mais profundas sobre o posicionamento social das mulheres, onde estas ocupam lugares sociais subordinados em relação ao homem, e então aprofunda-se debates e estudos sobre este papel construído e imposto para a mulher em nossa sociedade (Coelho, Gomes, 2015, p.2)

A presença reduzida de mulheres negras nas instituições de ensino, conforme relatada em uma pesquisa de 2021 da revista virtual 'Gênero e Número', evidencia uma disparidade significativa em relação às mulheres brancas. Este fenômeno é especialmente evidente em cursos como computação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)⁷, onde uma estudante compartilhou sua surpresa ao descobrir que apenas 10% da turma eram mulheres, sendo apenas duas delas mulheres negras em um grupo de 60 alunos. Além das barreiras sociais, o racismo estrutural é identificado como uma causa fundamental para essa sub-representação, caracterizado como uma manifestação invisível e impregnada nas estruturas sociais, culturais e econômicas do país.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e

⁷ Reportagem 23 de junho de 2021 na universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ) <https://www.generonumero.media/reportagens/muro-mulheres-negras/>

nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. (Almeida,2018, p.38)

O racismo estrutural permeia as instituições educacionais, manifestando-se nas salas de aula através da desconsideração das diferenças de classe social, o que contribui para a reprodução de desigualdades persistentes. Nesse contexto, a interseccionalidade de gênero e raça desempenha um papel crucial, criando barreiras adicionais para o acesso e sucesso acadêmico das mulheres negras. A falta de representatividade e a ausência de políticas públicas eficazes para promover a inclusão e igualdade de oportunidades exacerbam ainda mais essa situação, perpetuando a marginalização das mulheres negras no sistema educacional.

Ao analisarmos o sistema social em sua totalidade, observamos uma flagrante ausência de pessoas negras em posições de maior remuneração e poder. O racismo estrutural embutido nesse sistema impacta diretamente as pessoas negras, especialmente as mulheres negras, que enfrentam baixos salários, escassa representatividade na sociedade e exclusão em diversas esferas profissionais. Além disso, as mulheres negras enfrentam barreiras socioeconômicas que restringem seu acesso à educação, incluindo a falta de bolsas de estudo e programas de financiamento estudantil acessíveis. Essas barreiras muitas vezes obrigam muitas mulheres negras a abandonar prematuramente seus estudos ou a se contentar com instituições de ensino de qualidade inferior.

Elas devem ter percebido como as mulheres negras precisavam urgentemente adquirir conhecimento - uma lanterna para os passos desse povo e uma luz no caminho para a liberdade (Davis, 2016, p.120).

A sub-representação de mulheres negras nas instituições de ensino é um problema histórico que revela a interseccionalidade entre gênero e raça. Este cenário reflete a discriminação e exclusão sistemáticas enfrentadas por mulheres negras no sistema educacional, resultado de séculos de racismo e sexismo que moldaram as estruturas sociais e econômicas do país. Essa discriminação é muitas vezes mantida por políticas públicas e culturais que privilegiam pessoas brancas e

de classe média, enquanto marginalizam e excluem pessoas negras e de baixa renda. Mulheres negras enfrentam desafios adicionais devido a obstáculos sociais, econômicos e culturais, dificultando seu acesso à educação.

É significativo que as diferenças de classe social sejam particularmente ignoradas nas salas de aula. Desde o ensino fundamental, somos todos encorajados a cruzar o limiar da sala de aula acreditando que estamos entrando no espaço democrático – uma zona livre onde o desejo de estudar e aprender nos torna todos iguais. (Hooks, 2013, p.235)

Desde os estágios iniciais da educação, os alunos são incentivados a encarar o ambiente escolar como um espaço democrático, onde a busca pelo conhecimento e aprendizado supostamente nivelam as diferenças socioeconômicas entre eles. Essa percepção sugere uma igualdade de oportunidades que nem sempre reflete a realidade, uma vez que as condições socioeconômicas dos alunos podem influenciar significativamente suas experiências educacionais.

Machado et al., (2021) destacam que a sub-representação de mulheres negras nas instituições de ensino é um problema complexo e multifacetado, que afeta as mulheres negras em todas as etapas da vida acadêmica, desde o ensino básico até o ensino superior. As barreiras estruturais incluem a falta de acesso a recursos educacionais de qualidade, como escolas e professores bem treinados, material didático atualizado e apoio financeiro, além da exclusão de mulheres negras nas áreas de conhecimento mais valorizadas e lucrativas.

Além disso, a representatividade é uma questão crucial para as mulheres negras periféricas no ambiente acadêmico. A ausência de representação pode gerar uma sensação de invisibilidade e falta de pertencimento, o que pode ser um obstáculo para o sucesso acadêmico e profissional dessas mulheres.

Nas instituições de ensino superior a falta de representatividade da mulher negra pode ser vista em diferentes níveis. Em primeiro lugar, a ausência de professoras negras pode afetar diretamente o desempenho e o desenvolvimento acadêmico das estudantes negras. Pesquisas apontam que a presença de professoras negras pode melhorar o desempenho das estudantes negras em áreas

como leitura, escrita e matemática, além de aumentar a autoestima e a confiança delas. Desconstruir os padrões eurocêtricos que historicamente têm sido impostos à mulher negra, tanto em termos de imagem quanto de oportunidades. Ao recusar a submissão a esses padrões, busca-se empoderar as mulheres negras, mostrando que sua identidade vai além da cor da pele e que elas têm o direito de rejeitar qualquer forma de exploração, humilhação ou limitação baseada em estereótipos raciais.

É querer mostrar à mulher negra que ela não precisa se submeter à exploração, à humilhação, à falta de opções, aos padrões europeus impostos desde sempre e até hoje difundidos principalmente pela mídia. É provar que ter uma pele negra não define caráter, não rotula como incapaz, não diminui sua beleza e não limita seu poder de crescimento. (Hogemann et al., 2020 p.117).

O racismo, o sexismo e outras formas de discriminação continuam a limitar seu acesso a oportunidades educacionais, empregos dignos, representação política e reconhecimento social.

Pode ser observada nas atividades extracurriculares, como grupos de pesquisa e extensão, a baixa participação de mulheres negras nestes espaços podendo afetar sua rede de contatos e sua capacidade de desenvolver habilidades complementares ao currículo formal, o que pode ser um fator decisivo para sua entrada e sucesso no mercado de trabalho. Também na ausência de personagens e temas negros nos currículos escolares e na bibliografia indicada pelos professores. Isso pode levar as estudantes negras a uma sensação de desconexão com o conteúdo abordado nas aulas e dificultar sua identificação com a disciplina estudada.

Todavia, cabe ressaltar que esta necessidade não ocorre necessariamente por questões individuais de falta de capacidade, mas devido ao histórico de privações sociais, econômicas e culturais que colocou essas estudantes em posição de desvantagem em relação a grupos mais favorecidos da sociedade (Valério, 2021, p.7).

O preconceito e a discriminação são ainda mais acentuados para as mulheres negras periféricas, que sofrem com o racismo estrutural e a interseccionalidade de gênero e raça. Essa situação implica em uma dupla

opressão, em que as mulheres negras precisam lidar com as desigualdades de gênero e raça, enquanto enfrentam barreiras adicionais na busca por uma educação de qualidade.

Angela Davis ressalta que "é preciso lembrar que o racismo não é apenas uma questão de preconceito ou atitudes individuais, mas uma estrutura social e política que reforça desigualdades e marginaliza grupos inteiros" (DAVIS, 2016). Essa estrutura se manifesta nas instituições de ensino, onde as mulheres negras são sub-representadas e frequentemente excluídas de oportunidades de crescimento acadêmico e profissional.

Para combater essas barreiras, é fundamental a adoção de políticas e medidas que promovam a inclusão e a diversidade no ambiente acadêmico. Carla Akotirene destaca a importância da ação afirmativa como uma ferramenta para a promoção da igualdade de oportunidades. "A ação afirmativa é uma política que reconhece a necessidade de se promover a igualdade de oportunidades e corrigir desigualdades históricas", afirma Akotirene (2018).

É necessário um esforço consciente e sistemático para aumentar a representatividade das mulheres negras periféricas no ambiente acadêmico. Isso pode envolver medidas como a contratação de mais professoras negras, a inclusão de personagens e temas negros nos currículos escolares e na bibliografia recomendada, além de iniciativas para aumentar a participação das mulheres negras em atividades extracurriculares.

4.3 COMO O RACISMO ESTRUTURAL SE MANIFESTA NA SOCIEDADE, E O DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS PARA COMBATÊ-LA

O racismo estrutural é um fenômeno onipresente que permeia diversas esferas da sociedade, abrangendo a educação, o mercado de trabalho, a política, a cultura e a mídia. Sua manifestação é diversificada, abrangendo desde formas explícitas de discriminação até práticas institucionais que resultam na exclusão e marginalização de determinados grupos sociais.

No que tange às mulheres negras, segundo Almeida (2018), o racismo estrutural assume uma complexidade peculiar, interconectando-se intimamente

com a discriminação de gênero. Este fenômeno se deve ao fato de que as mulheres negras estão sujeitas a duas formas de opressão distintas: o racismo e o sexismo. A interseccionalidade entre gênero e raça resulta na sub-representação e na discriminação das mulheres negras em várias esferas sociais, incluindo o âmbito educacional.

O sexismo e discriminação racial das mulheres negras, tanto nos ambientes de trabalho, quanto no processo de escolarização, podem ser combatidos por meio de currículos escolares que incluam a história e a cultura negra, e que as mulheres negras tenham acesso a espaços de representatividade e de poder na sociedade (De Andrade, 2018 p.78).

O fenômeno do racismo estrutural se evidencia na intersecção entre gênero e raça, exercendo uma influência complexa e intrincada sobre a experiência de vida das mulheres negras, particularmente no que diz respeito ao acesso à educação.

Não é por acaso, portanto, que a desigualdade educacional deve ser analisada como uma das faces do racismo estrutural e verdadeiro precedente no âmbito das relações de trabalho, sendo que o acesso ao ensino superior geralmente se impõe a todo afrodescendente como uma barreira quase intransponível (Bersani, 2017 p. 7)

Em suma, a desigualdade educacional, que frequentemente se traduz em dificuldades significativas de acesso ao ensino superior para afrodescendentes, não pode ser encarada de forma isolada. Deve ser compreendida como uma faceta do racismo estrutural que permeia diversas esferas da sociedade.

O enfrentamento do racismo estrutural e da interseccionalidade de gênero e raça demanda uma abordagem mais abrangente e aprofundada para mitigar a sub-representação de mulheres negras nas instituições de ensino. Uma medida essencial é a implementação de uma educação anti-racista e anti-sexista, que reconheça e confronte as injustiças históricas que impactam as mulheres negras. Isso envolve a inclusão de conteúdos pertinentes nas disciplinas, a promoção da diversidade e do diálogo intercultural, e a conscientização dos educadores sobre seus próprios preconceitos implícitos. Tais medidas têm o potencial de fomentar um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo para as mulheres negras, facilitando o acesso a uma educação de qualidade.

A sub-representação de mulheres negras nas instituições de ensino é um desafio multifacetado que requer soluções igualmente complexas e abrangentes. É imperativo reconhecer que o racismo estrutural e a interseccionalidade de gênero e raça desempenham papéis cruciais nessa disparidade, e, portanto, são necessárias estratégias que abordem essa complexidade para superá-la. A inclusão, a diversidade e a educação anti-racista e anti-sexista são algumas das medidas que podem contribuir para a criação de um ambiente escolar mais justo e igualitário para as mulheres negras, assegurando a igualdade de oportunidades e o acesso a uma educação de qualidade para todos, independentemente de sua raça, gênero ou origem socioeconômica.

Ademais, a interseccionalidade de gênero e raça resulta em estereótipos e preconceitos que afetam desproporcionalmente as mulheres negras. Elas são frequentemente alvo de estereótipos que as retratam como menos inteligentes ou menos capazes do que mulheres brancas, o que pode resultar em discriminação educacional e profissional.

O racismo estrutural assume diversas formas, incluindo obstáculos econômicos e sociais enfrentados pelas mulheres negras, como acesso limitado à educação de qualidade, escassez de oportunidades educacionais em áreas urbanas de baixa renda e discriminação no mercado de trabalho. Além disso, ele impacta a esfera econômica, política e subjetiva, influenciando disparidades de renda, acesso ao emprego e representação política, enquanto molda a percepção individual e as interações sociais. Ao estabelecer uma divisão entre grupos considerados "superiores" e "inferiores", o racismo estrutural contribui para a marginalização e discriminação das minorias raciais.

Autoras proeminentes como Angela Davis, Lélia Gonzales e Carla Akotirene têm se destacado na defesa de uma educação antirracista e interseccional. Elas enfatizam a necessidade de uma educação que celebre a diversidade étnico-racial e cultural, proporcionando representatividade para indivíduos negros em todos os âmbitos. A representatividade desempenha um papel crucial na promoção da igualdade, permitindo que as pessoas se identifiquem e se vejam representadas em diferentes esferas da sociedade, fortalecendo assim sua autoestima e identidade.

Além da representatividade, políticas e práticas que visem garantir o acesso à educação de qualidade para todos, independentemente de sua origem étnico-racial ou socioeconômica, são igualmente essenciais. Uma educação antirracista e interseccional requer a desconstrução de estereótipos e preconceitos, bem como o estímulo ao diálogo sobre questões étnico-raciais e de gênero. Isso implica na inclusão de conteúdos que promovam a compreensão da diversidade cultural e étnico-racial nos currículos escolares e acadêmicos, além da adoção de práticas pedagógicas que estimulem uma reflexão crítica sobre a realidade social.

A luta por uma educação antirracista e interseccional é crucial para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação de qualidade para todos os indivíduos, independentemente de sua raça, gênero, classe social ou outras formas de discriminação. Isso requer a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão e a diversidade nas instituições de ensino, a capacitação de professores para lidar com a interseccionalidade de gênero e raça, o reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira, e a garantia do acesso à educação para comunidades vulneráveis. A luta por uma educação antirracista e interseccional é contínua e demanda o engajamento de toda a sociedade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

A participação ativa das mulheres negras periféricas na construção de uma educação mais justa e equânime é de suma importância para a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária. Ao longo dos anos, essas mulheres têm enfrentado diversas barreiras para acessar uma educação de qualidade e têm sido sistematicamente sub-representadas nas instituições de ensino superior. Para superar tais obstáculos, é imperativo um esforço conjunto da sociedade para assegurar que todas as mulheres, independentemente de sua origem ou condição social, tenham acesso a uma educação de qualidade.

A necessidade da construção de um viés interpretativo a partir de um olhar e da experiência das mulheres negras e suas vivências sem naturalizá-las” (Gonzalez, 2018, p.30).

Essa declaração enfatiza a necessidade de reconhecer as complexidades das vivências negras, que abrangem aspectos como classe social, gênero e sexualidade. Para que as mulheres negras em áreas periféricas possam contribuir

de maneira significativa para a construção de um sistema educacional mais justo e equitativo, é fundamental criar espaços nos quais elas possam expressar-se e compartilhar suas experiências. Essa prática é essencial para informar políticas e práticas educacionais mais inclusivas e sensíveis às necessidades da comunidade negra.

Vale ressaltar que o envolvimento das mulheres negras em áreas periféricas na promoção de uma educação mais justa e equitativa não deve ser encarado como uma mera medida de ação afirmativa, mas sim como uma exigência para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. A educação deve ser concebida como um espaço onde todas as vozes são valorizadas, promovendo o diálogo e a troca de ideias para o avanço coletivo."

De acordo com Angela Davis, "a educação é um processo de libertação, e não um instrumento para a opressão" (Davis, 2016). Isso significa que a educação deve ser um processo que permite a emancipação das pessoas, especialmente aquelas que foram historicamente oprimidas. Para que isso aconteça, é fundamental que a educação esteja enraizada em práticas que promovam a inclusão, a diversidade e o respeito pelas diferenças.

Além disso, segundo Fernandes et al., (2018), é fundamental que haja um esforço conjunto das instituições de ensino para garantir que as mulheres negras periféricas tenham acesso a uma educação de qualidade e que não sejam vítimas de preconceito e discriminação no ambiente acadêmico. Isso envolve desde a criação de políticas inclusivas até a formação de profissionais mais sensíveis às demandas da população negra.

A participação das mulheres negras periféricas na construção de uma educação mais justa e equânime é fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária. Para que isso aconteça, é necessário que haja um esforço conjunto da sociedade para garantir o acesso a uma educação de qualidade, além de criar espaços para que as vozes das mulheres negras periféricas sejam ouvidas e suas demandas atendidas (Queiroz et al., 2016). Portanto, a educação deve ser vista como um processo de libertação, e não como um instrumento para a opressão, e deve estar enraizada em práticas que promovam a inclusão, a diversidade e o respeito pelas diferenças. Isso requer a alocação de recursos em políticas públicas que assegurem o acesso equitativo a

uma educação de qualidade para todas as mulheres, com especial atenção às mulheres negras. Isso inclui iniciativas para capacitar e formar profissionais da educação a lidar com questões relacionadas à raça e gênero, implementação de ações afirmativas para promover a inclusão de mulheres negras em instituições educacionais e programas de pós-graduação, além do estabelecimento de programas de mentoria e incentivo ao desenvolvimento pessoal e profissional dessas mulheres, entre outras medidas.

Para enfrentar o racismo estrutural e a interseccionalidade de gênero e raça na esfera educacional, é imperativo desenvolver estratégias que compreendam a complexidade desses fenômenos. É fundamental o reconhecimento e a valorização das contribuições das mulheres negras para a cultura, história e ciência do país, bem como promover sua inclusão em todos os âmbitos de participação e representatividade (Madruca, 2021).

Além disso, é pertinente destacar a relevância de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres negras para a sociedade e a história. Tal reconhecimento pode contribuir para enfrentar a marginalização e a invisibilidade que frequentemente afetam essas mulheres, contribuindo para a construção de um ambiente mais inclusivo e equitativo para todos os membros da sociedade (Vasconcellos et al., 2022).

Ao adotar tais medidas, é possível avançar na construção de um ambiente educacional mais igualitário e inclusivo, no qual todas as pessoas, independentemente de sua raça, gênero ou origem socioeconômica, tenham oportunidades iguais de aprendizado, desenvolvimento e realização pessoal e profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto sobre a sub-representação de mulheres negras nas instituições de ensino, é evidente que a luta pela igualdade de oportunidades e acesso à educação ainda é um desafio significativo para essas mulheres. Ainda há barreiras e obstáculos que precisam ser superados para garantir que todas as mulheres, independentemente de sua raça, tenham acesso igualitário à educação. É fundamental continuar trabalhando para eliminar a discriminação e promover

políticas inclusivas que garantam a igualdade de oportunidades educacionais para todas as mulheres negras.

As autoras estudadas, como Angela Davis, Lélia Gonzales e Carla Akotirene, apresentam conceitos e análises importantes para entender as diversas formas como o racismo estrutural se manifesta na sociedade e afeta a vida das mulheres negras.

A educação é um direito humano fundamental e deve ser acessível a todos, independentemente de sua raça, gênero ou classe social. É um compromisso da agenda mundial dos “Objetivos Sustentável (ODS) da organização das nações unidas” Ao promover a igualdade de oportunidades na educação, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva. É essencial implementar políticas e ações que combatam a discriminação e garantam o acesso igualitário à educação para todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica ou de gênero. Além disso, é importante que a sociedade como um todo reconheça e enfrente os desafios que dificultam o acesso das mulheres negras a uma educação de qualidade, como a falta de representatividade, a discriminação e a falta de políticas públicas adequadas.

Portanto, para combater o racismo estrutural e a sub-representação de mulheres negras nas instituições de ensino, é fundamental um esforço conjunto de toda a sociedade. Isso envolve a implementação de políticas inclusivas, a promoção da diversidade e a conscientização sobre a importância da igualdade de oportunidades na educação. Somente através dessas ações coletivas poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou gênero.

A educação deve ser um espaço onde todos tenham a oportunidade de crescer, se expressar e se empoderar. É essencial que promovamos uma educação inclusiva, que valorize a diversidade e combata qualquer forma de opressão, para que todos possam desfrutar dos benefícios transformadores que a educação pode proporcionar. Esses desafios impostos pela sociedade afetam negativamente a autoestima e a autoconfiança das mulheres negras, o que pode levar à desistência dos estudos ou à adoção de posturas de submissão e conformismo. Isso afeta não apenas as mulheres negras individualmente, mas também a sociedade como um todo, pois priva a sociedade de seu potencial

intelectual e de sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país (Lima, 2016). Além disso, é essencial que sejam criados espaços seguros e acolhedores para as mulheres negras periféricas no ambiente acadêmico, em que elas possam se sentir representadas e apoiadas.

É de suma importância que haja implementações políticas que promovam a igualdade de oportunidades e inclusão, como por exemplo: ações afirmativas e programas de bolsas de estudo direcionados às mulheres negras. Além disso, é indispensável aumentar a diversidade nas equipes docentes e na gestão da escola para que assim o ambiente seja mais inclusivo e representativo para essas mulheres.

É necessário valorizar e reconhecer as contribuições das mulheres negras para a educação e para a sociedade como um todo. As mulheres negras têm sido pioneiras e líderes em diversas áreas do conhecimento e da cultura, e é preciso garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas contribuições sejam valorizadas. Portanto, fazer com que elas assim como outras mulheres tenham oportunidades de alcançar e de ser reconhecidas em todos aspectos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Feminismo Plurais, Letramento. 2018.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Letramento. 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Polén, 2019.

BARROS II, João Roberto . **O racismo de estado em Michel Foucault**. Interthesis, 2018.

BRASIL, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Planalto** 189º da Independência e 122º da República, Brasília DF, julho de 2010. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm acessado dia 27 de março de 2024.

BRASIL. Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. Rio de Janeiro: Dom Pedro, 1879. Disponível <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. acessado dia 27 de março de 2024

BERSANI, Humberto. **Racismo estrutural e o direito à educação**. Revista Educação em perspectiva, Viçosa (MG) set/dez 2017.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

CASTRO, Luciana Martins. **A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina** . Dossiê História e educação. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2010.

COELHO, Andreza Maria de Sá; GOMES, Sansarah Da Silva. **O movimento Feminista Negro e suas particularidades na sociedade brasileira** VII Jornal nacional de políticas públicas, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? **Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, trad. Liane Schneider. Revista estudos feministas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt>. Acesso em: 25 de março. 24.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo. 2016..

DE ANDRADE, Michely Peres. **Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro**. INTERRITÓRIOS, v. 4, n. 6, p. 75-91, 2018.

DE CARVALHO, Paulo Dourian Pereira. **O RACISMO ESTRUTURAL NO PENSAMENTO DE SILVIO ALMEIDA**. *Revista Cronos*, v. 23, n. 1, p. 130-134, 2022.

DE MACEDO, Rejane Lucia Amarante. **Roda na saia: história, costura e educação de mulheres negras professora**. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, v. 7, n. 2, p. 965-982, 2021.

DOS SANTOS, João Paulo Lopes; MOREIRA, Nubia Regina. **Processo de subjetivação da mulher negra universitária: incidências de gênero, raça e classe**. *Diversidade e Educação*, v. 10, n. 1, p. 277-304, 2022.

FERNANDES, Edson; DE SOUZA, Vanessa. **A mulher negra e sua condição na sociedade brasileira atual**. *Revista de Pós-graduação Multidisciplinar*, v. 1, n. 4, p. 47-58, 2018.

FERREIRA, CLÁUDIA APARECIDA AVELAR; NUNES, S. **Mulheres negras no mercado de trabalho: interseccionalidade entre gênero, raça e classe social**. **XLIII ENCONTRO DA ANPAD**, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. Editora Marco Zero. 1982.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Zahar. 2018.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**, 2014 JUNHO.

HOGEMANN, Edna Raquel Rodrigues Santos; JUSTINO, Patricy Barros; DE CARVALHO, Aiana Teixeira. **A mulher negra na literatura brasileira: passado, presente e futuro**. *Revista Direito das Políticas Públicas*, v. 2, n. 2, p. 104-121, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. WMF Martins fontes. 2013.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Branquitude e colonialidade do saber**. *Revista da ABPN*. 2014.

LIMA, Ediany Aparecida Pereira. **"Sou analfabeta, mas não sou pacata": estratégias construídas por mulheres negras pouco escolarizadas para viverem em uma sociedade estruturada pela escrita**. 2016.

LIMA, Elânia Francisco. **Erguer a voz, não passar a vez: mulheres negras periféricas e os desafios da vida acadêmica**. *Revista USP*, n. 122, p. 41-48, 2019.

LIMA, Renata Miranda. **Mulheres negras: a relação de mobilidade urbano periférica com a permanência na educação superior**. *Revista da Defensoria Pública da União*, n. 12, p. 297-325, 2019.

LÔBO, Emília Alves. **Políticas públicas de acesso e permanência de mulheres na educação básica: uma análise a partir do conceito de interseccionalidade**. 2022.

MACHADO, Simone Silva Porto; PAES, Kettle Duarte. **Os desafios enfrentados pelas mulheres negras empreendedoras na cidade de Rio Grande-RS**. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 5, p. 45693-45715, 2021.

MADRUGA, Thayane Santos. **A representatividade negra no ensino superior: um estudo sobre as oportunidades de acesso à educação e trabalho, na perspectiva da análise de discurso crítica.** 2021.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. **O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra.** Revista Brasileira de Educação, v. 23, 2018.

MENEZES, Ana Kelly Cavalcante. **Algumas reflexões acerca da educação e disciplinarização feminina nas obras de Nísia floresta. (1827-1856).**Fortaleza, 2022.

NASCIMENTO, Erika Benigna;SOUZA,Maria Celeste Reis Fernande;DE PAULA,Fernanda Cristina. **Racismo recreativo nos corpos-território de adolescentes negras na escola.**Scielo.2023.

OLIVEIRA, Flávia; NUNES, Tayane; ANTLOGA, Carla. **Dinâmica de prazer e sofrimento de estudantes negras de faculdades de Brasília–Epistemicídio, racismo e machismo.** Psicologia Revista, v. 28, n. 1, p. 103-124, 2019.

OLIVEIRA, Iris Verena. **Escrevivências e limites da identidade na produção de intelectuais negras.** Currículo sem fronteiras, v. 17, n. 3, p. 633-658, 2017.

PERPÉTUO, Claudia Lopes. **O conceito de Interseccionalidade: Contribuições para a formação no ensino superior.** Universidade Paranaense – UNIPAR-PR. V SIES (Simpósio Internacional em educação Sexual) 2017

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Carlinda Moreira dos. **As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior.** Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade, v. 25, n. 45, p. 71-87, 2016.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista internacional de direitos humanos**, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

SANTOS, G. C., BRISOLA, E. B. V., MOREIRA, D., TOSTES, G. W., & Cury, V. E. **Impacto do Racismo nas Vivências de Mulheres Negras Brasileiras.** Psicologia: Ciência e Profissão 2023 v. 43

SOUSA,Angelica Silva De,OLIVEIRA, Guilherme Saramago De,ALVES,Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: Princípios e Fundamentos.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras.2015.

VALÉRIO, Ana Cristina de Oliveira. **Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 29, 2021.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; SILVA, Márcia Cabral da; VIEIRA, Cristina Maria Coimbra. **História de mulheres e educação: transgressões, resistências e empoderamentos.** Revista Teias, v. 23, n. 70, p. 2-11, 2022.ZONTA, Grazielle Aline;

Site:NOSSA CAUSA “Conquista do Feminismo no Brasil”

https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/?gad_source=1&gclid=

[EAlalQobChMlubOwj5O1gwMV9kVIAB3unA8MEAAAYASAAEgL-8_D_BwE](#)
acessado dia 29/12/2023.

Site:ABRH SP “Desigualdade social e o mercado de trabalho para as mulheres negras”<https://abrhsp.org.br/conteudo/noticias/desigualdade-social-e-o-mercado-de-trabalho-para-mulheres-negras/v> acessado dia 29/12/2023.

Site:IBGE “Estatísticas econômicas”
“<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html>” acessado dia 29/12/2023.

Site:JORNAL USP “Educação e direitos”
<https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/> acessado dia 29/12/2023.

Site: GENERO E NUMERO “O muro permanece alto para as mulheres negra”
<https://www.generonumero.media/reportagens/muro-mulheres-negras/> acessado dia 06/01/2024.